

## Enquanto se discutem modelos de crescimento, má governação perpetua pobreza e reproduz desigualdades

- A discussão sobre o modelo de crescimento e a necessidade de um novo paradigma de desenvolvimento em Moçambique tem sido uma conversa de surdos. Apesar dos discursos e várias estratégias aprovadas, a (má) governação impede o país de acelerar a redução da pobreza nem de reduzir as desigualdades espaciais e entre grupos de rendimento.



**A**lém da tentativa de explicação das polémicas três refeições por dia, as últimas semanas foram particularmente marcadas por discussões em torno da necessidade de um novo modelo de crescimento em Moçambique. As discussões surgiram na sequência da divulgação, no dia 10 de Março, da 9ª edição do Relatório “Actualidade Económica de Moçambique” do Banco Mundial<sup>1</sup>. A repercussão nos *media* surgiu sob a forma de manchetes, destacando o fracasso do actual modelo em termos de redução da pobreza e os elevados níveis de desigualdades no país.

Fundamentalmente, o relatório destaca a necessidade de reduzir a dependência na agricultura de baixa produtividade e na indústria extractiva, propondo um novo paradigma de desenvolvimento assente em fontes diversificadas de crescimento, produtividade e empregos. O sector de serviços é apontado como o potencial motor do processo do crescimento económico e geração de empregos.

Esta não é a primeira vez que a instituição financeira internacional alinha com as críticas que vêm sendo feitas ao modelo de crescimento do país<sup>2</sup>. De acordo com o relatório, o actual modelo tem tido uma capacidade limitada para gerar empregos produtivos e apoiar uma redução acelerada da pobreza. Um resultado, em parte, da dependência da economia nacional em relação aos grandes projectos no sector extractivo, com poucas interligações com o resto da economia e uma agricultura de baixa produtividade.

Os dados sobre a prevalência de pobreza e desigualdades que circularam em forma de manchetes nas últimas semanas não são novos. Na verdade, estão até desactualizados e só continuam a ser citados para suprir o défice de estatísticas mais recentes sobre o assunto. Não constitui nenhuma

novidade que o processo de crescimento económico de Moçambique tem sido pouco inclusivo e com limitado contributo na redução da pobreza.

Após quase meio século de independência, Moçambique continua na cauda do desenvolvimento (sempre no grupo dos 10 piores no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano). Com mais de 30 milhões de habitantes, o país conta actualmente com mais de 59,9% da população total (18 milhões de moçambicanos) vivendo abaixo da linha de pobreza (\$1.90/dia)<sup>3</sup>, com baixo acesso a serviços sociais básicos e os níveis de desigualdades são os mais elevados da região da África subsaariana. Mais do que uma “indústria”, a miséria e pobreza em Moçambique são uma realidade que afecta diariamente a milhões de moçambicanos.

A Estratégia Nacional de Desenvolvimento (ENDE 2015-2035), aprovada no primeiro mandato do Presidente Filipe Nyusi e em processo de revisão desde 2021, ficou como um documento de consulta nas gavetas do Executivo, usado apenas no momento de elaboração dos discursos. A abordagem holística de desenvolvimento, com ênfase na transformação estrutural da economia, expansão e diversificação da base produtiva preconizada na estratégia nunca saiu do papel.

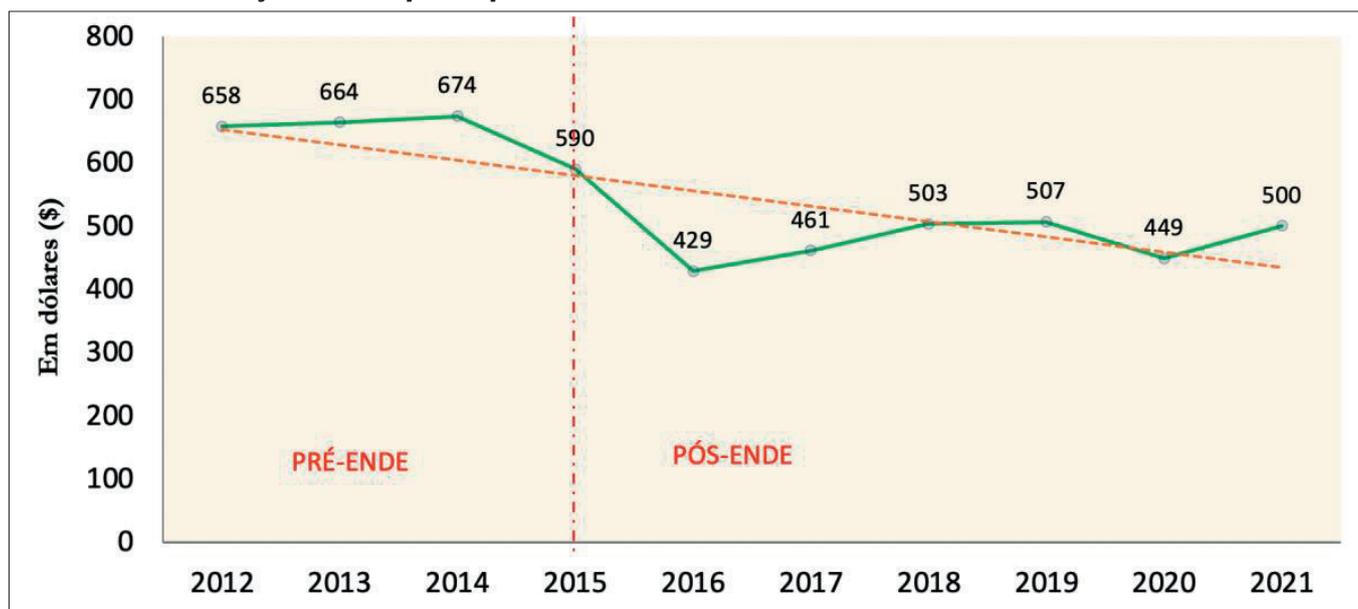
Com efeito, no lugar de uma convergência para a meta de desenvolvimento de um PIB *per capita* de 2.957,4 dólares até 2035 estabelecida na Estratégia, no geral, a tendência mais recente foi de reversão dos ganhos alcançados no período anterior à aprovação da estratégia. Sete anos após a aprovação do instrumento, o PIB *per capita* reduziu de 600 dólares para cerca de 500 dólares em 2021, apenas 17% da meta fixada.

<sup>1</sup> Banco Mundial. (2023). Actualidade Económica de Moçambique - Moldando o Futuro: O Papel dos Serviços no Crescimento Económico e Geração de Empregos (9ª ed.). Disponível a partir de <https://documents1.worldbank.org/curated/en/099559003092327850/pdf/IDU0e15297f30e50e04e050b25c0071917a72e9e.pdf>

<sup>2</sup> Um dos exemplos mais recentes é o blog “Moçambique precisa de um novo modelo de crescimento para um desenvolvimento sustentável e inclusivo”, publicado em meados do ano passado. Ver em <https://blogs.worldbank.org/pt/african/mocambique-precisa-de-um-novo-modelo-de-crescimento-para-um-desenvolvimento-sustentavel-e>

<sup>3</sup> Relatório de Desenvolvimento Sustentável (2022) – <https://s3.amazonaws.com/sustainabledevelopment-report/2022/2022-sustainable-development-report.pdf>

**Gráfico 1: Evolução do PIB *per capita* na última década (2012-2021)**



A tendência de redução do PIB per capita elucidada pelo gráfico acima é o exemplo mais elucidativo e evidente de que a agenda de desenvolvimento sempre esteve e continua estando em segundo plano na acção governativa no país. Antecipando as receitas das exportações do gás da Bacia do Rovuma e esquecendo de toda a retórica de desenvolvimento, a elite política contraiu uma dívida de dois mil milhões de dólares que mergulhou a economia numa crise que descredibilizou o país aos olhos da comunidade internacional e desencadeou uma instabilidade macroeconómica, orçamental e monetária sem precedentes que exacerbou as vulnerabilidades económicas e sociais pré-existentes.

Sempre foi um problema de governação. A agenda principal tem sido o uso dos recursos para reprodução do acesso ao poder e a satisfação das necessidades e interesses de uma minoria em detrimento dos interesses dos milhões de moçambicanos<sup>4</sup>. É tendo em conta esta premissa que deve ser feita a discussão do modelo de crescimento e o “novo” paradigma de desenvolvimento do país.

A questão é o que foi feito durante o meio século de independência para assegurar a transformação estrutural da economia, expansão e diversificação da base produtiva? Segundo apontam os dados do relatório, muito pouco foi alcançado nesse sentido. Fora a intensificação do extractivismo, a es-

trutura produtiva continua estando concentrada na agricultura de baixa produtividade.

A agricultura, que emprega mais de 70% da população e é definida na Constituição da República de Moçambique (CRM) como a base do desenvolvimento da economia, continua a liderar com os níveis mais baixos de produtividade relativamente aos restantes sectores da economia. A indústria, considerada pela CRM como o factor impulsor da economia nacional, continua subdesenvolvida e geradora de um número insignificante de postos de trabalho (apenas 5% do total nas últimas três décadas). Recorde-se que, desde 2013, ano em que o peso da indústria atingiu o pico de 13%, Moçambique vem experimentando um processo contínuo de redução da contribuição social e económica do sector industrial manufatureiro, actualmente estagnada em torno de 8% do PIB.

Nem a “base de desenvolvimento” nem o “factor impulsor” da economia estão preparados para gerar empregos produtivos suficientes para os mais de meio milhão de moçambicanos que entram anualmente para a força de trabalho. O gap entre a oferta e a procura é tal que o Governo se sente desencorajado a produzir e divulgar sistematicamente estatísticas sobre o (des)emprego no país. Nem os próprios fazedores de política conhecem a taxa de desemprego da economia nacional.

<sup>4</sup> José Jaime Macuane, Lars Buur, Celso Marcos Monjane, Power, conflict and natural resources: The Mozambican crisis revisited, *African Affairs*, Volume 117, Issue 468, July 2018, Pages 415–438, <https://doi.org/10.1093/afraf/adx029>

## Sector de serviços: Panaceia para o crescimento inclusivo e geração de empregos?

Para superar estes desafios, o Banco Mundial propõe um “novo” modelo de crescimento com o sector de serviços, mormente dos transportes e das tecnologias de informação e comunicação (TIC), como eixo central da economia. Em termos simples: uma vez que a agricultura e a indústria falharam na geração de um crescimento inclusivo e de empregos produtivos para os moçambicanos, talvez seja a hora de investir no sector de serviços.

A transição proposta implica, necessariamente, uma desindustrialização “prematura” da economia nacional<sup>5</sup> e desconsidera a natureza do processo de transformação estrutural como um fenómeno de longo prazo<sup>6</sup>. Mais grave ainda, a solução proposta pelo Banco peca por apresentar uma “alternativa de fuga”, no lugar de indagar sobre os motivos por detrás do fracasso dos planos de desenvolvimento na agricultura e na indústria transformadora.

Conforme aponta o relatório, embora o sector de serviços seja actualmente o maior em termos de quota de produção e relativamente o mais produ-

tivo, ele ainda é dominado por actividades menos complexas e informais (comércio a retalho). Pelo que, apenas com as “condições certas”<sup>7</sup>, o sector poderá evoluir para actividades mais sofisticadas e transaccionáveis (como as tecnologias de informação e comunicação, finanças e serviços profissionais e empresariais) para se tornar num motor de crescimento inclusivo e geração de emprego.

E a pergunta imediatamente a seguir é se o Governo que se espera que crie as referidas condições é o mesmo que tem falhado historicamente em aumentar a produtividade agrícola e dinamizar a indústria nacional?

Acreditar em tal cenário só pode ser descrito como um optimismo cego. A verdade é que só depois de ser reconhecido e devidamente ultrapassado o “tiro nos pés” que tem sido a acção governativa e a agenda de desenvolvimento passar a ocupar de facto a centralidade das preocupações do Governo é que o processo de crescimento poderá ser inclusivo e os moçambicanos poderão tirar a barriga da miséria.



Créditos: Diário Económico

<sup>5</sup> A desindustrialização prematura ocorre quando um país passa directamente da fase agrícola para a fase de serviços, sem passar por um período prolongado de industrialização.

<sup>6</sup> Em economia, a transformação estrutural refere-se ao processo de mudança na composição do sector económico de um país, com a diminuição da importância do sector primário (agricultura, mineração, pesca) e o aumento da importância do sector secundário (indústria) e do sector terciário (serviços).

<sup>7</sup> De acordo com o relatório, o crescimento da produtividade no sector de serviços é estrangulado pela má governação, pouco acesso a financiamento, e défice de infra-estruturas, entre outros factores.



**INFORMAÇÃO EDITORIAL:**

**Propriedade:** CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento  
**Director:** Prof. Adriano Nuvunga  
**Editor:** Emídio Beúla  
**Autor:** Gabriel Manguela  
**Layout:** CDD

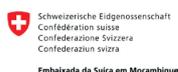
**Contacto:**  
 Rua Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.  
 Telefone: +258 21 085 797

CDD\_moz  
**E-mail:** info@cddmoz.org  
**Website:** http://www.cddmoz.org

PARCEIROS PROGRAMÁTICOS



PARCEIROS DE FINANCIAMENTO



Embaixada da Suíça em Moçambique



**GOVERNANÇA ECONÓMICA**